1 **ATA DA 132ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDERURAL – 18/10/2016.**

2 **I. Introdução:** Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas,
3 tendo por local a sala de reuniões da SAR, cito à Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, Florianópolis,
4 SC, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, convocados para a
5 reunião ordinária através do Ofício Circular nº 017/2016/SAR/Cederural de 10 de outubro de 2016, para
6 deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Espaço
7 para debate sobre solicitações da Câmara Setorial do Leite que ainda não foram atendidas; 3) Lei dos
8 Animais Domésticos - Decreto 8.236, de 05 de maio de 2014; 4) Assuntos Gerais. A Secretária Executiva,
9 Francieli Magri, ao verificar que havia quórum regimental, abriu a reunião ordinária do Cederural e solicitou
10 a apresentação de todos, uma vez que alguns conselheiros tiveram sua indicação recente. Estavam
11 presentes Moacir Sopelsa, presidente do Cederural, Athos de Almeida Lopes Filho e Diogo Ramos,
12 representantes da SAR, Isaac de Souza e Fabrício Stopassoli da Secretaria da Fazenda, Israel Rodrigo
13 Kremer, representante do Banco do Brasil, AndréLuiz T. Perini, representante da Secretaria da Educação,
14 Elizete F. Squena, representante da OCESC, Alexandre Augusto Julio Gomes, representante da
15 FETAESC, Gabriela Ribeiro, representante da FATMA, Gustavo Ganz Seleme, representante da FIESC,
16 Tabajara Marcondes, representando o CEPA e, Francieli Magri, secretária executiva do Cederural.

17 **II. Encaminhamento da reunião: Item 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.** Os
18 conselheiros receberam a ata por e-mail e não havendo necessidade de alterações, deu-se por
19 dispensada a leitura da ata anterior e a mesma foi aprovada sem ressalvas do Conselho.

20 **Item 2. Espaço para debate sobre solicitações da Câmara Setorial do Leite que ainda não foram**
21 **atendidas.** Tabajara, que estava representando a Câmara Setorial do Leite, trouxe novamente ao
22 conselho as moções que já haviam sido entregues no ano de 2014 e estavam sem resposta. A primeira
23 moção é para o acesso à energia elétrica de qualidade onde reivindica: “Que a SAR interceda
24 politicamente e administrativamente junto a outros setores do governo do Estado, visando à alocação de
25 recursos para investimentos no setor de distribuição de energia elétrica no Estado, São necessários
26 investimentos na construção de subestações e de redes de distribuição, capazes de assegurar o
27 fornecimento de energia de qualidade e regularidade às propriedades rurais e às indústrias de
28 processamento.” De acordo com Tabajara, esta moção já perdeu um pouco do apelo. A segunda moção é
29 para regulação e fiscalização de equipamentos e insumos usados na atividade leiteira, onde reivindica: 1)
30 Uma ação de caráter legal, exigindo das instituições certificadoras e fiscalizadoras mais rigor no
31 cumprimento das normas técnicas de máquinas e equipamentos e na certificação das recomendações e
32 especificações contidas no rótulo dos produtos (Anvisa, Inmetro, ABNT, Mapa, Cidasc, entre outras
33 instituições). 2) A elaboração e distribuição de uma cartilha instruindo e orientando o produtor para a
34 aquisição de máquinas e equipamentos recomendados e na compra dos insumos de boa procedência e
35 com controle de qualidade. 3) A organização de um seminário técnico estadual com objetivo de discutir o
36 problema e propor formas de regulação e controle de qualidade dos produtos disponíveis no mercado. De
37 acordo com ele tem muito problema com produto fora do padrão. A outra moção é para disponibilizar uma
38 base de dados relativa à cadeia produtiva do leite, onde o setor de lácteos, representado pela Câmara
39 Setorial da Cadeia Produtiva do leite reivindica a implantação de um sistema de informações referentes à
40 atividade leiteira do Estado de Santa Catarina. Tabajara acredita que esse tema está na alçada das
41 entidades que fazem parte do Cederural e diz que hoje não há informações qualificadas da cadeia láctea
42 do estado. Sopelsa questionou a moção sobre equipamentos e insumos e Elizete disse que foi ela que
43 levantou esse assunto na última reunião da CSL a pedido da Aurora. Os produtores estão tendo problema
44 com a qualidade do leite por usar produtos que não tem eficácia comprovada (produtos de higiene,
45 limpeza, máquinas, resfriadores). Tabajara disse que os órgão deveriam ser mais rigorosos na fiscalização
46 das normas que já existem. A CSL já fez um ofício para o presidente da Cidasc e para o delegado do
47 Mapa solicitando os formulários que eles utilizam para controlar os dados de produção de leite para que
48 sejam usadas as informações que já estão sistematizadas. O combinado é que essas informações sejam
49 disponibilizadas pelo CEPA. Solicitou que o presidente do Cederural reforce esse pedido e entregou as

50 moções ao conselho. Sopelsa adiantou para o Conselho que o kit forrageira, que antes tinha o valor de R\$
51 2.000,00, passará a financiar até R\$ 6.000,00. Esse valor está sendo avaliado pela secretaria e deverá
52 passar pelo conselho para aprovação, bem como as especificações do programa. Sobre os equipamentos
53 já falou com o ministro da agricultura, principalmente sobre os custos desse material no Brasil. Defendeu a
54 importância de unificar os programas do governo voltados à agricultura.

55 **Item 3. Lei dos Animais Domésticos - Decreto 8.236, de 05 de maio de 2014.** Isaac falou sobre os
56 animais silvestres que não estão incluídos na lista de animais domésticos. Salientou que de acordo com a
57 lei a responsabilidade pelo registro de criação de animais de interesse zootécnico compete ao MAPA e
58 não ao IBAMA. De acordo com a Lei complementar nº 140 de 06 de dezembro de 2011, Art. 8, inciso XIX
59 é de responsabilidade dos Estados a aprovação de criadouros da fauna silvestre. A Instrução Normativa
60 Nº 21, de 02 de julho de 2014, do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento, resolve: Art. 1 –
61 Definir as seguintes espécies consideradas de interesse zootécnico e econômico para efeito de registro
62 genealógico de animais domésticos: I – asininas; II – bovinas; III – bubalinas; IV – caprinas; V – chinchilas;
63 VI – eqüinas; VII – ovinas; e VIII suínas. De acordo com ele, em passarinho chega a ser vendido por R\$
64 60.000,00 (sessenta mil reais). Isaac sugere aumentar essa lista como ema, paca, capivara... Sopelsa
65 sugeriu que a Diretoria de Defesa Agropecuária avalie essas normas e faça uma proposta para apresentar
66 ao ministro da agricultura. Isaac insistiu que o potencial zootécnico da fauna silvestre deve ser explorado.
67 Athos concordou com a necessidade de regulamentar a criação, pois o tráfico de animais silvestres perde
68 somente para o tráfico de drogas no país e salienta que o Estado está perdendo arrecadação. Falou,
69 também, que a Diretoria de Cooperativismo e Agronegócios está à disposição para trabalhar junto com a
70 Diretoria de Defesa e fazer uma proposta bem elaborada para apresentar ao ministro. Francieli sugeriu
71 que esse assunto seja discutido dentro da Câmara Setorial PET.

72 **4) Assuntos gerais. a) Hipoteca.** Isael informou que o banco está trabalhando com a hipoteca para 30
73 anos. Isso evita o custo anual do registro cartorário. Embora os cartórios não tenham a prática do registro
74 para 30 anos, o banco está trabalhando junto às agências para divulgação interna e agora está divulgando
75 externamente no Cederural. **b) Questão das DAPs na agricultura familiar.** Em 2015 houve sérios
76 problemas de fraude de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) no Brasil, que é um crédito extremamente
77 subsidiado. Em Santa Catarina não houve casos registrados. Hoje existem vários emissores de DAP como
78 Epagri, sindicato e federações. O banco irá consultar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural na
79 primeira avaliação de DAP para avaliar e verificar se há aptidão ao Pronaf e já houve casos de reprovação
80 pelo CMDR. Mesmo que a responsabilidade pela condução e concessão do crédito agrícola seja do
81 banco, futuramente, a normativa pode passar a fazer parte das exigências do MDA. **c) Parcerias para
82 concessão do crédito agrícola.** A vantagem das parcerias é que o produtor poderá buscar o seu custeio
83 e investimento no sindicato ou na assistência técnica que ele está vinculado. Os parceiros, através do
84 Coban Pronaf Web, por sua vez, serão remunerados por cada operação contratada, assim como possuem
85 bônus caso as operações de custeio contratadas estejam em dia. O produtor terá horário estendido de
86 atendimento e não haverá custo adicional. Por fim, o banco está em fase de credenciamento de parceiros,
87 basta que o sindicato ou a assistência técnica demonstre interesse na sua agência de relacionamento.
88 Assim como sindicatos e assistências técnicas, o banco também está credenciando as revendas de
89 máquinas e equipamentos, denominada Esteira Agro, para que as mesmas tenham canal direto com as
90 áreas de análise de propostas dentro do banco, reduzindo assim significativamente os prazos para
91 liberação do crédito da compra de máquinas e equipamentos.

92 **III. Encerramento:** Tendo sido esgotada a pauta proposta, a secretária executiva, Francieli Magri,
93 agradeceu a presença de todos os conselheiros, pelo empenho e colaboração na reunião. Em não
94 havendo mais manifestações, eu, Francieli Magri, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será
95 assinada, por este, pelo presidente e membros do Cederural. Florianópolis, 24 de outubro de 2016.

Francieli Magri
Secretária Executiva do Cederural